

Acordo da dívida deve sair até agosto

ESTADO DE SÃO PAULO

EXT

- 6 MAI 1993

Wilson Pedrosa/AE

BRASÍLIA — O Brasil espera fechar acordo com os bancos credores até agosto, três meses antes do prazo final, que é novembro, informou o economista Pedro Malan, negociador oficial da dívida externa brasileira. Ele disse ontem a um grupo de senadores que trabalha para ter um texto definido até junho ou julho. O governo brasileiro e o comitê assessor dos bancos retomarão, dia 11, em Nova York, as discussões em torno de ajustes do acordo de refinanciamento.

Malan participou de um café da manhã com os senadores, no Itamaraty, ao lado do chanceler Fernando Henrique Cardoso, do ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e do presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes. O Brasil, disse Ximenes, quer fechar, ao mesmo tempo, a negociação com os bancos e um acordo stand by com o Fundo Monetário Internacional.

De acordo com Malan, cerca de um terço dos bancos credores já promoveu ajustes na adesão ao acordo acertado no início do ano. Outro terço está em fase final de negociação e o restante precisa de mais tempo para fazer as alterações.

Opções — Os principais bancos internacionais reviram suas opções e apresentaram ao governo brasileiro condições mais equilibradas ao pagamento da dívida externa. A escolha recaiu sobre quatro instrumentos: bônus ao par, de desconto de 35% no valor do débito, de capitalização e os bônus com taxas de ju-



Refinanciamento

Pedro Malan (centro): novo texto do acordo com bancos credores deve estar pronto em junho ou julho

ros flutuantes. O ministro da Fazenda considera importante a nova definição das opções por parte dos 19 bancos que participam do comitê assessor, porque praticamente define o perfil de pagamento da dívida.

As duas principais modificações foram apresentadas pelo Bank of America e pelo Manufacture Hannover, que na primeira fase optaram por 100% do pagamento pelo bônus ao par, que não prevê o desconto de 35% no valor da dívida, mas embute uma redução nas taxas de juros. O Manufacture distribuiu seus créditos em 81% no bônus ao par

e 19% no bônus capitalização, que permite incorporar ao principal da dívida a diferença das taxas de juros nos primeiros sete anos de pagamento da dívida. O Bank of America quer 40% da dívida ao par, 30% com desconto e 30% com juros capitalizados.

O Citibank manteve a posição: 31% da dívida pelo bônus ao par, 30% pelo aumento gradativo das taxas de juros e 39% "new money", ou seja, a que o banco se obriga a aplicar novos recursos no País. Os cálculos são de que para cada US\$ 1 aplicado no País há uma conversão de US\$ 5,5 de dívida velha em nova.